

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS
Ano 2015**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

1 Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões para a sociedade, associados e consumidores.

Carta do Presidente

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades e realizações desenvolvidas no decorrer do exercício social de 2015, assim como as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do balanço socioambiental, peça fundamental de divulgação das ações sociais e ambientais da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões - CERMISSÕES para os associados, sociedade, parceiros e consumidores.

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões CERMISSÕES atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando a bagagem de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 55 anos de existência. A Cooperativa também está presente no setor de serviços de construção e manutenção de redes elétricas, fabricação de postes de concreto e artefatos de cimento, tanto os serviços quanto os produtos são destinados ao consumo próprio.

O ano de 2015 foi um ano atípico para todos os seguimentos da sociedade brasileira provocados pelos fatores político e econômico causando desequilíbrios financeiros e até estruturais, principalmente aos ramos que dependiam dos recursos financeiros do governo federal. Muitas obras programadas para serem executadas no decorrer de 2015, sofreram atrasos no cronograma de execução, pela demora no reembolso dos valores que garantiriam a execução das mesmas.

Por outro lado mais uma vez tivemos o reconhecimento do trabalho de nossa equipe, ao receber no mês de julho de 2015 o TROFÉU CAMPEADOR – GENTE QUE FAZ O AMANHÃ DO AGRONEGÓCIO, na categoria “COMUNIDADE E LIDERANÇA”, prêmio esse concedido pela RBS TV do Rio Grande do Sul. A CERMISSÕES pelo segundo ano consecutivo foi a grande vencedora do prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a CERMISSÕES além de conquistar o primeiro lugar em 2015, continuou com a melhor nota da avaliação do IASC entre as 101 distribuidoras de energia do país, assim como de todas as edições do prêmio. A CERMISSÕES em 2014 obteve 91,27 pontos e em 2015, 83,18 pontos, sagrando-se BICAMPEÃ como a “Melhor Cooperativa Permissionária de Distribuição de Energia do Brasil 2014/2015”.

Essa posição aumenta a responsabilidade da equipe, pois, se queremos continuar sendo a número 1 do Brasil, é preciso melhorar continuamente os processos que visem cada vez qualificar os serviços prestados aos associados/consumidores, aumentando o grau de satisfação dos mesmos. Hoje, com base nos relatórios disponibilizados pela ANEEL referente ao Prêmio IASC, sabemos onde é necessário melhorar e acreditamos na capacidade da nossa bem preparada equipe de colaboradores e não temos dúvida de que a Família Social apoiará e participará passo a passo de todas as transformações para que a CERMISSÕES continue sendo a Permissionária Modelo para o Setor Elétrico Brasileiro.

Em 2015 a CERMISSÕES finalizou as obras e instalação dos dois novos geradores do projeto de repotencialização da PCH Rio Ijuizinho, foi possível realizar os testes de uma das máquinas, porém devido a elevação do nível das águas do rio provocadas pelas consecutivas enchentes, não foi possível realizar os testes da segunda máquina, atrasando o início de operação da Usina, que trará benefícios a Família Social e consumidores da permissionária.

No decorrer do presente exercício foi dado início aos estudos e projeto da Subestação rebaixadora Santo Antônio 69/23kv que deverá ser instalada em breve, garantindo energia para os diversos tipos de consumo dos municípios de Santo Antônio das Missões, Bossoroca e São Luiz Gonzaga. Assegurando maior disponibilidade de carga; melhores níveis de tensão; diminuição das perdas; aumento significativo da confiabilidade do sistema e principalmente com o objetivo de atender ao intenso crescimento provocado pelo agronegócio, base de nossa economia regional, comércio, indústria e demais atividades produtivas.

Além dos investimentos aplicados na repotencialização da PCH Rio Ijuizinho e projeto da Subestação Santo Antônio, que somente serão imobilizados na conclusão das obras, foram construídos e colocados em operação 77,87 Km de redes de baixa tensão, 193,14 Km de

redes de média tensão, instalados 262 novos transformadores, implantados 976 novos postes, num total de 690 projetos executados no decorrer do ano. Investimentos que junto com as demais realizações em troca de veículos, móveis, construções, aquisição de equipamentos, ferramentas e imóveis, somaram um total de R\$ 10.965.203 sendo (-11,06%) menores que o ano de 2014.

Durante o ano a Cooperativa agregou a seu quadro social, 590 novos Associados que passaram a contar com os benefícios da energia elétrica em suas propriedades, encerrando o ano de 2015 com 28.310 Famílias Associadas, aumentando o quadro social em 2,08% em relação a 2014.

A Fábrica de Postes de Concreto da CERMISSÕES esteve em operação de agosto de 1988 até 30 de julho de 2015 e nesse período produziu 64.539 postes, sendo que 62.153 já são de concreto, faltando 1.145 postes de madeira para serem substituídos. Portanto a Permissionária possui atualmente 98,15% dos postes em sua malha elétrica de concreto. Fator que levou a Administração optar pela suspensão temporária da produção de postes de concreto junto a Fábrica, pois o estoque existente é superior ao número necessários para atingir 100% das redes elétricas com postes de concreto. O Conselho de Administração decidiu pela preservação da estrutura física da Fábrica, podendo voltar a produzir postes assim que for necessário.

Durante o ano de 2015 todas as obras e atividades da permissionária foram apresentadas aos associados, consumidores e lideranças da área de permissão durante a realização do roteiro de Mini Assembleias de Prestação de Contas, tornando cada vez mais transparente o trabalho e as ações da administração. Não só nas pesquisas, mas também nos encontros foi possível sentir a satisfação da população que usufrui dos serviços da Cooperativa, é mínima as reclamações e inúmeros os depoimentos de reconhecimento a forma com que a permissionária é conduzida e a atenção que dá aos seus consumidores.

Durante o ano continuaram acontecendo Audiências Públicas em diversas localidades vizinhas à área de permissão da cooperativa, visando encontrar formas legais para que comunidades inteiras possam se tornar consumidores de energia da CERMISSÕES, a insatisfação de nossos vizinhos deve-se à demora no atendimento e aos longos períodos que ficam sem energia por parte das concessionárias. Motivo este que muitas vezes tem causado preocupação para a área técnica, pois nossos alimentadores estão em condições de distribuir energia e muitas vezes ficamos na dependência da boa vontade dos responsáveis pela manutenção dos alimentadores da concessionária supridora.

Geração e Distribuição de energia elétrica

Atualmente a Cermissões possui em atividade de geração de energia elétrica uma pequena central hidrelétrica e uma mini central hidrelétrica que gerou no ano de 2015 11.693,06 MWh.

A cada ano que passa a CERMISSÕES cresce em quantidade, qualidade e exigências, fator este que determina o crescimento da cooperativa, de seus associados e reconhecimento nacional. Em média o índice de crescimento em demanda instalada em 2015 foi de 11,48% em relação a 2014 e o consumo médio de energia teve um decréscimo de -1%. Porém em algumas regiões que comportam grandes irrigações, o crescimento de demanda chega a atingir 30% em relação a 2015.

Geração

Hoje as usinas, subestação rebaixadora e linhas de distribuição da permissionária alimentam grande parte da região das Missões no estado do Rio Grande do Sul. Embora os percentuais de geração da Cooperativa, sejam mínimos em relação a toda a energia gerada e distribuída no estado do Rio Grande do Sul, mesmo assim as duas Pequenas Centrais Hidrelétricas cumprem um papel importante dentro do setor elétrico por promoverem a descentralização da geração e pelo fato de atuarem como reguladoras de tensão.

No ano de 2015 o excesso de chuvas provocou a elevação do nível das águas do Rio Ijuizinho e com isso reduziu e até inviabilizou a geração de energia devido ao afogamento das turbinas motivado por a elevação do nível da água em mais de seis metros.

Desde o início de operação da Usina do Rio Ijuizinho no ano 2000, é a maior enchente registrada no local e segundo os moradores ribeirinhos é a maior registrada nos últimos 50 anos, causando estragos nas propriedades localizadas próximo as margens do rio.

A Cermissões havia iniciado os testes dos novos geradores instalados no projeto de repotencialização da usina, porém foi necessário a suspensão dos serviços dos técnicos das empresas Hacker e Automatic, que deverão retornar para os ajustes finais e início de operação da usina assim que o tempo oferecer condições.

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	4	1		4	1		
UHE 001				-	-		
UHE 002				-	-		
UHE 003				-	-		
PCH 004	4	1	100%	4	1	31/03/95	31/03/25
UTE 005 (gás ciclo combinado)				-	-		
UTE 006 (carvão mineral)				-	-		
UTE 007 (óleo diesel)				-	-		
UFV 010				-	-		
Sociedade de Propósito Específico	-	-		-	-		
UHE 011 (Razão Social da SPE)							
Total	4	1		4	1		

Toda a energia gerada é distribuída dentro do próprio mercado da permissionária que representou no ano de 2015, 10,60% sobre a disponibilidade de energia distribuída, portanto não possui garantia física.

Distribuição

A permissionária distribui energia elétrica em 26 dos 496 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

* **Ligação de consumidores** - foram realizadas, no ano de 2015, 315 novas ligações com destaque 239 residenciais, 20 comerciais, 51 rurais e 5 nas demais classes, totalizando 25.528 consumidores atendidos por a permissionária, número 1,25% superior ao ano de 2014.

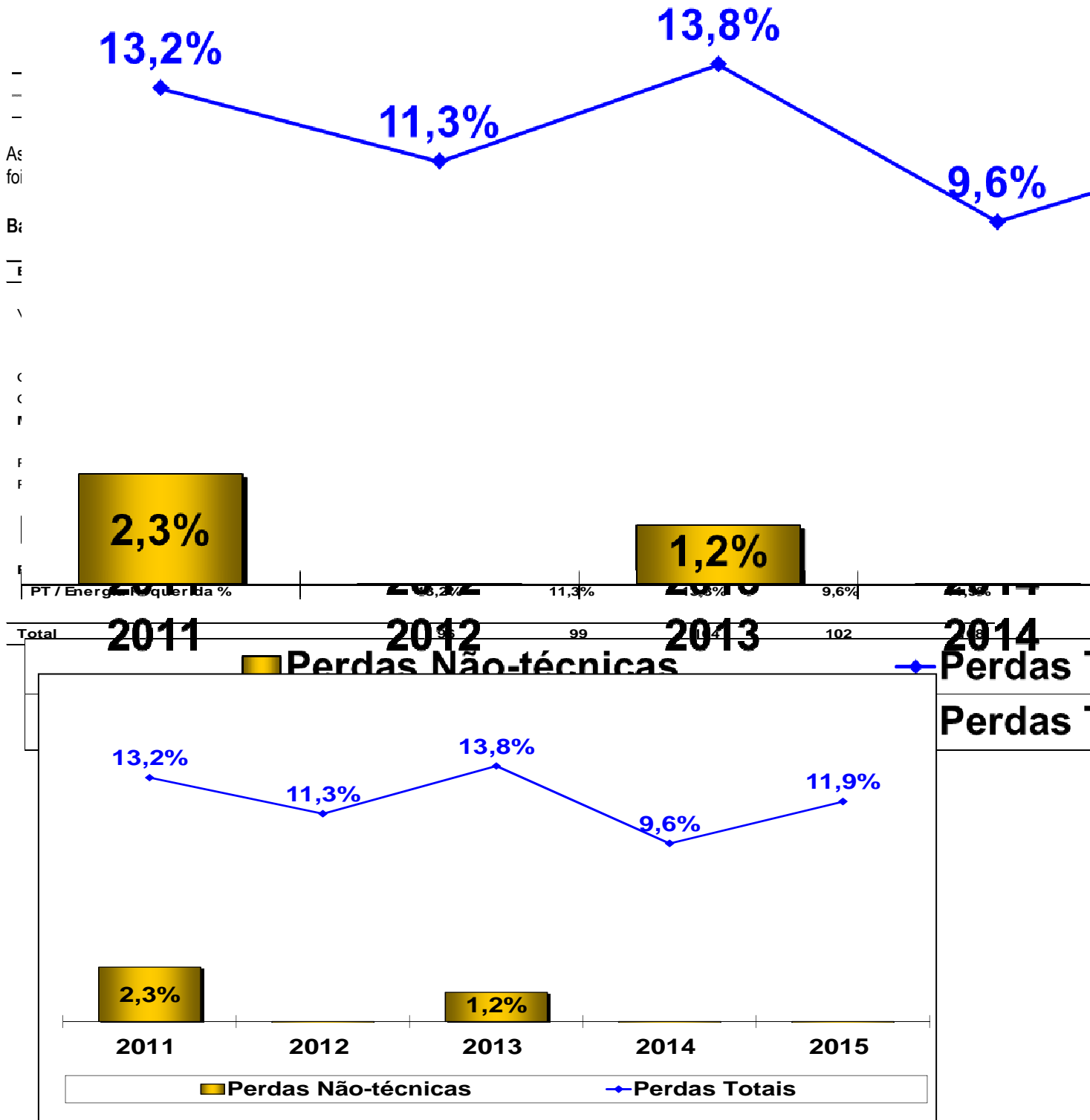
Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	7.140	7.366	7.590	7.817	8.056
Comercial	1.179	1.221	1.258	1.289	1.309
Industrial	17	17	17	19	21
Rural	14.960	15.107	15.315	15.478	15.529
Poderes Públicos	445	454	460	464	469
Iluminação Pública	109	108	108	108	108
Serviço Público	24	24	24	23	22
Consumo Próprio	13	13	13	15	14
Total	23.887	24.310	24.785	25.213	25.528
Varição	1,84%	1,77%	1,95%	1,73%	1,25%

* **Comportamento do mercado** – A geração de energia da permissionária no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 11.693 GWh (14.28 GWh em 2014).

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2015 foi de 97.405,08 de megawatts-hora, tendo apresentado decréscimo de 1,42% em relação a 2014. O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi a classe rural. A classe comercial foi a que teve maior crescimento, com 9,92%, e a classe industrial apresentou aumento de 5,69% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor mantém as elevadas taxas de crescimento verificadas nos últimos anos.

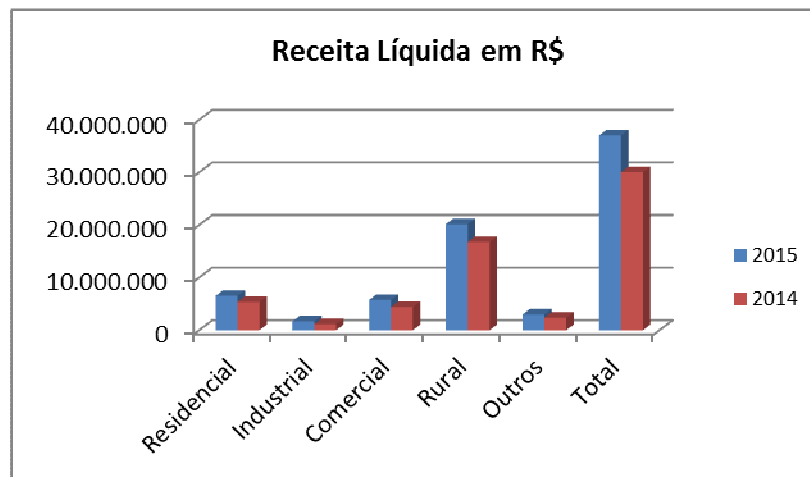
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	83	88	87	99	97
Fornecimento	83	88	87	99	97
Residencial	11	12	13	14	14



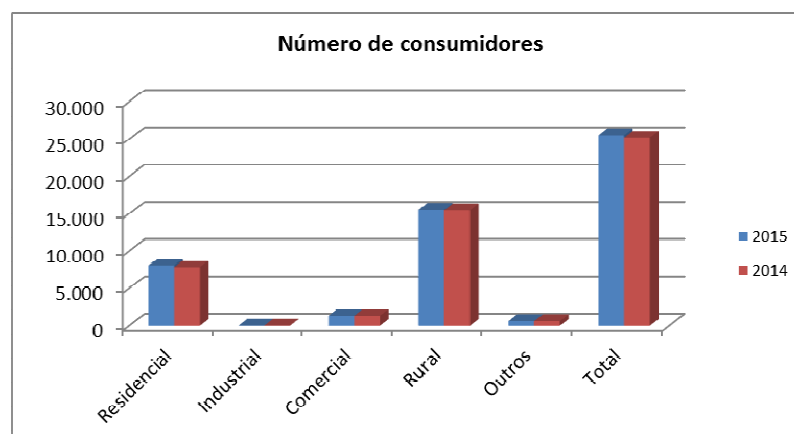
Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 37.019.723 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$			
Classe	2015	2014	%
Residencial	6.529.184	5.361.245	21,78
Industrial	1.667.621	1.145.832	45,54
Comercial	5.734.114	4.393.875	30,50
Rural	20.136.813	16.758.445	20,16
Outros	2.951.990	2.367.653	24,68
Total	37.019.723	30.027.050	23,29



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 1,25% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2015	2014	%
Residencial	8.056	7.817	3,06
Industrial	21	19	10,53
Comercial	1.309	1.289	1,55
Rural	15.529	15.478	0,33
Outros	613	610	0,49
Total	25.528	25.213	1,25



Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2015, atingiu R\$ 380,06/MWh, com uma aumento de 25,07% em relação a 2014. As tarifas foram homologadas pela Resolução Aneel de N° 1.915, de 23 de junho de 2015.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh	
Classe	R\$/MWh
Residencial	451,10
Industrial	415,42
Comercial	481,78
Rural	343,03
Outros	355,15

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

ANO	DEC	FEC	Tempo de espera (hs)
2011	49,62	30,40	33
2012	46,50	30,23	34
2013	54,30	31,66	35
2014	88,87	68,75	43
2015	95,66	60,89	55

Atendimento ao consumidor - A permissionária através de sua administração e colaboradores cientes da necessidade de estreitar as relações com seus milhares de associados/consumidores, oferece vários canais de comunicação, facilitando o acesso do usuário com a cooperativa e vice-versa. Possuímos os já tradicionais e conhecidos canais de comunicação como os postos de atendimento presencial e o CAC - central de atendimento ao consumidor, assim como a sua sede em Caibaté, telefone com ligação gratuita para 0800 541 1122, envio automático de mensagens via celular conhecidas como SMS ou torpedo ou através do e-mail para os consumidores que possuem cadastro atualizado, atendimento via SMS, que o associado pode informar falta de energia, consultar o valor de faturas em aberto e solicitar o código de barras para pagamento. A cooperativa também está na rede mundial de computadores e seus associados/consumidores podem acessar o site www.cermissoes.com.br ou através do facebook, todas estas ferramentas de comunicação além de serem seguras e ágeis, geram a informação personalizada e sem nenhum custo ao associado.

Tecnologia da informação - Dentre as melhorias implantadas na Cermissões para melhorar confiabilidade dos sistemas e hardwares destacamos os principais investimentos a seguir.

A Usina PCH Rio Ijuzinho esta em fase de automação, ou seja, o sistema de operação será telecomandada pelo COD (Central de Operação da Distribuição), onde será monitorada por sistema de monitoramento com câmeras de imagens.

Os veículos de atendimento ao associado estão rastreados via sistema possibilitando a localização da equipe em tempo real e com isso ganhando agilidade na escolha da equipe para atendimento emergencial.

Melhoramento da comunicação entre matriz e demais postos de atendimento, onde foi aumentado a "banda" de comunicação entre os postos de atendimento e a matriz proporcionando com isso melhor agilidade no atendimento ao associado. Também estão sendo instaladas câmeras de monitoramento em todos os postos de atendimento.

Para melhorar a confiabilidade nos sistemas de informática foi instalado um nobreak de ultima geração, onde em caso de pane todos os sistemas da Cooperativa continuarão em pleno funcionamento.

Na procura de melhorias e tecnologias para soluções eficientes, o setor de TI (Tecnologia da Informação) em 2015, buscou implantar o conceito de maquinas virtuais, onde o usuário da tecnologia utiliza um teclado, mouse, monitor led e um Thin Client (aparelho para acessar uma máquina virtual que é instalada no servidor onde além de redução de custo com máquinas também o tempo reduzido para manutenção das máquinas dos usuários) o consumo de energia cai drasticamente comparando um computador com consumo médio por hora de 200W, o Thin Client apenas 5 W, o sistema depende de um servidor com configurações que suporte essa tecnologia e o licenciamento adequado dos Sistema Operacionais para utilizar esse conceito de máquinas virtuais. Aplicado tanto para usuários de escritório o sistema de virtualização chegou forte e estável a nossos servidores que mostraram uma aceitação de qualidade e confiança, onde alguns servidores que tínhamos em maquinas físicas transformamos em máquinas virtuais mais robustas e com tecnologia mais nova.

Também baseado em uma necessidade atual foi analisado, projetado e colocado em desenvolvimento um sistema com tecnologias WEB nas seguintes linguagens de programação, PHP, CSS3, JQUERY, AJAX, SQL, JAVASCRIPT, HTML5 onde todas as inovações e melhorias utilizadas nessas tecnologias foram exploradas da melhor forma para que um sistema interno com chat, anotações compartilhadas, comunicador, telefonista, entre outros serviços de manipulação de arquivos, sistema de chamados internos, ata e relatórios personalizados de nossos bancos de dados. A previsão para implantação da produção é para início de fevereiro, onde o sistema VLIFE vem com o conceito de fazer um sistema que atenda algumas necessidades básicas de escritório onde o sistema poderá ser acessado via navegador não sendo um sistema que precisa de um sistema operacional para funcionar, podendo rodar em Linux, Windows e MAC, o sistema encontra-se em fase de homologação.

Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas auditadas. Em 2015, a sobra líquida foi de R\$ 6.602.520 contra R\$ 7.729.771 em 2014, o que representa um decréscimo de 14,58%. A receita líquida da atividade de distribuição de energia atingiu R\$ 40.043.991 enquanto em 2014 situou-se em R\$ 36.439.573 representando um aumento de 9,89%.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 33.482.686 sendo 13,88% superior em relação a 2014. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 7,60% contra 9,56% em 2014. O endividamento foi de 13,23% enquanto no ano anterior foi de 11,39%.

O EBITDA ou LAJIDA sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$10.844.899 inferior em 4,98% em relação ao ano de 2014, que foi de R\$ 11.412.695.

Demonstrativo do cálculo do EBITDA	2015	2014	%
Receita operacional líquida	40.043.991	36.439.573	9,89
Custo do serviço de energia elétrica	-27.373.526	-22.100.932	23,86
Despesas operacionais	-6.109.161	-6.732.702	-9,26
(-) Despesas com vendas	0	-1.553.630	-100,00
(-) Despesas gerais e administrativas	-5.395.490	-4.586.923	17,63
(-) Outras despesas operacionais	-1.005.095	-793.180	26,72
(+) Outras receitas operacionais	291.424	201.031	44,96
Resultado da Atividade ou EBIT	6.561.305	7.605.939	-13,73
(+) Quotas de reintegração/amortização	4.283.595	3.806.756	12,53
EBIDTA	10.844.900	11.412.695	-4,98
Margem EBITDA	27,08	31,32	-13,53

Nota: Para fins de Demonstração do cálculo do EBITDA foram excluídos os valores das receitas e custos de construção.

Investimentos: Em 2015 os investimentos da cooperativa importaram em R\$ 10.965.203 distribuídos da seguinte forma:

	2015
Sistema de distribuição de energia	9.940.431
Sistema de geração de energia	124.466
Veículos	604.421
Softwares	204.532
Equipamentos de Informática	38.879
Equipamentos gerais e móveis	47.201
Beneficências	5.274
Total	10.965.203

Evolução e Projeção dos Investimentos

O quadro a seguir expõe os 3 (três) últimos anos e os próximos 5 (cinco) anos. Os valores contemplam as adições brutas (adições e transferências), sendo que esta conta de Máquinas e Equipamentos em AIS Bruto da Atividade de Distribuição tem o mesmo montante do Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$	R\$ Nominais			R\$ em moeda constante de 31/dez/2015				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS Bruto ¹	6.806.173	10.342.904	9.971.784	7.451.428	15.276.258	4.505.038	4.657.378	4.877.377
Transformador de Distribuição	1.774.030	1.418.450	2.015.350	1.220.539	1.220.539	1.221.199	1.220.539	1.220.539
Medidor	364.430	282.670	361.090	328.389	304.719	282.839	282.839	332.838
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.754.970	813.286	1.591.200	1.178.000	1.034.000	1.081.000	1.130.000	1.300.000
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.495.743	2.180.498	4.903.144	4.534.500	1.397.000	1.720.000	1.584.000	1.584.000
Redes Alta Tensão (69 kV)					3.200.000			
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)		5.173.000			8.000.000			
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos	417.000	475.000	1.101.000	190.000	120.000	200.000	440.000	440.000
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(740.275)	(530.846)	(732.733)	(2.090.400)	(210.000)	(606.000)	(500.400)	(500.000)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(740.275)	(530.846)	(732.733)	(2.090.400)	(210.000)	(606.000)	(500.400)	(500.000)

R\$	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2015	9.971.784	8.551.790	14.561.774	3.683.038	3.770.728	4.690.728

R\$ Mil	2015P	2016R	2017R	2018R	2019R	2020R
Plano de Investimentos 2014	9.347.282					

Diferença **6,7%**

O valor realizado no ano de 2015 ultrapassou o valor planejado no PDD em 6,7% porque algumas obras foram executadas e encerradas tecnicamente no final do ano de 2014, porém foram contabilizadas apenas no início do ano 2015 não ultrapassando o prazo máximo de até 60 dias.

Captações de recursos: Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 688.607,45 oriundos de participação financeira do consumidor.

Valor adicionado: Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 6.602.520 representando 10,07% da Receita operacional bruta e foi efetuada a Reversão da reserva de reavaliação no valor de R\$ 1.305.161 totalizando o resultado do exercício abrangente R\$ 7.907.682 com a seguinte distribuição:

- Reserva de assistência técnica educacional e social de caráter fiscal (RATES) R\$ 712.560 e destinações estatutárias (20%) R\$ 1.439.024.
- Fundo de Reserva legal (50%) R\$ 3.597.560
- Sobre a disposição da assembleia R\$ 2.158.536

Política de reinvestimento: A cooperativa tem investido ao longo dos últimos anos na melhoria do seu sistema de distribuição e na infraestrutura, procurando sempre prestar um serviço de qualidade aos seus associados. Diante disto o associado define que as sobras de determinado exercício devem ser destinados a propiciar novos investimentos e melhorias sem a necessidade da busca de recursos de terceiros.

Composição do capital social: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da permissionária era de R\$ 7.261.822.

Relações com o mercado: Ao longo do ano, a permissionária recebeu a visita de expressivo número de associados, clientes e fornecedores. A Cermissões também promoveu visitas às demais permissionárias de energia do sistema Fecoergs, participou de conferências, seminários e reuniões nos principais centros de convenções do país.

Gestão

Administração: As ações administrativas têm sido baseadas na legislação do setor elétrico nacional, pois desde a assinatura do contrato de permissionária firmado com a agência reguladora, muita coisa mudou inclusive a própria forma de relacionamento com o associado. Embora na cooperativa o associado seja “dono”, após a sua cooperativa se tornar permissionária ele também passou a ser considerado consumidor, e o que antes era feito de uma maneira mais rápida agora encontra entraves burocráticos que muitas vezes não são entendidos pelos associados. Serviços que antes eram prestados, hoje a legislação impede, porém aos poucos a nova forma de administrar vai sendo assimilada por todos e a compreensão da família social faz com que a administração regrada pelos atos legais possa seguir produzindo resultados positivos a todos. Nesta nova era a administração precisa atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, fato que muitas vezes é difícil de explicar, embora saibamos que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para garantir ao associado/consumidor que as tarifas cobradas sejam as mais acessíveis e possam assegurar o equilíbrio econômico financeiro da permissionária.

Planejamento empresarial: A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões, desde 2005 quando do início do processo de enquadramento junto a ANEEL como Permissionária do Serviço Público de Distribuição e Geração de Energia Elétrica, desenvolveu um planejamento visando adaptar-se rapidamente as mudanças definidas pelo setor elétrico e as constantes alterações das normas que regem o papel das distribuidoras.

A partir do mês de março de 2010, quando foi assinado o contrato de Permissionária a Administração e Colaboradores comungavam dos mesmos objetivos que norteavam as ações da Cooperativa constantes em seu Planejamento Cooperativo para atingir as metas propostas, não somente como Cooperativa, mas a partir de então como agente do Setor Elétrico Nacional. Na época a Administração da Permissionária estabeleceu alguns parâmetros a serem conquistados, entre eles: que até o ano de 2015 deveria estar entre as empresas de “referência do setor elétrico”, tanto em qualidade de energia como em satisfação do consumidor, para isso iniciou-se os investimentos nos diversos setores da Cooperativa e de forma especial nas melhorias das redes elétricas, instalação de equipamentos e novas tecnologias da informação, inclusive com a automação do sistema de distribuição com telecomando a distância, promovendo a redução de despesas e diminuindo o tempo sem energia elétrica ao Consumidor.

No primeiro ano em que as Cooperativas Permissionárias passaram a fazer parte do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor, a CERMISSÕES venceu o Prêmio IASC/ANEEL de 2014, obtendo a maior nota da história do Prêmio desde sua criação, com 91,27 Pontos, e no ano de 2015 se tornou **BICAMPEÃ NACIONAL**, novamente com a maior nota entre as 101 Distribuidoras de Energia do País, 81,23 Pontos. Resultados alcançados através do Planejamento e cumprimento de suas responsabilidades a CERMISSÕES sagrou-se a “**MELHOR COOPERATIVA PERMISSIONÁRIA DE ENERGIA DO BRASIL**”, na percepção do consumidor em 2014 e 2015.

A CERMISSÕES é filiada a Federação das Cooperativas de Energia do Rio Grande do Sul – FECOERGS e como integrante do sistema, segue a linha e padrão do Planejamento Estratégico da Federação, no decorrer de 2015 foram realizados cinco encontros com as filiadas preparando suas equipes gerenciais para a aplicação do Planejamento 2015/2018 em cada Cooperativa, assegurando o sucesso de todas as atividades diante da variação de cenários, onde com facilidade são tomadas decisões, redefinindo projetos com base nas tendências relacionadas aos diversos ambientes: político, econômico, sociocultural, ambiental e tecnológico, visando corrigir os impactos a curto e médio prazos.

O Planejamento dos Negócios da Cooperativa tem sido a base para os investimentos futuros, visando manter e melhorar a performance, ganho e desempenho da Permissionária tendo como meta a manutenção dos títulos conquistados, e como Cooperativa regerar o reinvestimento de todas as sobras.

Com ações bem planejadas a Cooperativa proporciona melhor qualidade e segurança nos serviços que presta a seus Associados/Consumidores através de sua estrutura de **geração** (PCH Rio Ijuizinho e MCH Claudino Fernando Piccoli), **transformação** (Subestação São Miguel Arcanjo 69/23 KV) e **distribuição de energia elétrica** (6.185,17 km de redes elétricas) tendo como objetivo principal: assegurar a menor tarifa possível a todos os usuários.

Gestão pela qualidade: Em 2015, as atividades relacionadas com a gestão da qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos para gestão dos processos e implantação da ISO 9001. Estes projetos serão implantados no 1º trimestre de 2016.

Recursos humanos: Em 2015 a permissionária investiu R\$ 97.068,12 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. De modo a manter a permissionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais, os treinamentos da permissionária têm como objetivos: a segurança dos trabalhadores e associados/consumidores, melhor qualidade no atendimento e responsabilidade social.

A cooperativa contribuiu com auxílio ao transporte e a mensalidade de funcionários que estão participando do curso técnico em eletrotécnica, graduação em engenharia elétrica e gestão em recursos humanos bem como pós-graduação em gestão de pessoas, controladoria e finanças e direito previdenciário e do trabalho, possibilitando desta forma a qualificação do seu quadro funcional.

Responsabilidade social: O maior diferencial da Cermisões é que no decorrer dos seus 55 anos de fundação, ela vem se renovando a cada dia, novas tecnologias são pesquisadas no mercado e implantadas visando melhorar os serviços. Seja em seu sistema de distribuição e geração de energia, na forma de administrar a cooperativa, bem como na relação com os associados/consumidores. A preocupação é constante com a qualidade da energia distribuída e a segurança que a mesma deve promover junto aos usuários, além da constante participação em ações de interesse da comunidade.

Outro fator que merece destaque refere-se à aplicação dos recursos gerados pela cooperativa em sua área de permissão, cada centavo é aplicado em benefício da população, gerando emprego, renda e dias melhores aos próprios associados/consumidores.

A cooperativa está em constante metamorfose. A administração e colaboradores procuram manter e propagar a filosofia de sucesso, modificando o que for necessário e incorporando as novas aspirações sempre em busca de um futuro cada vez mais próspero. É assim, ano após ano. Vivenciamos novas experiências e, por meio delas, planejamos os anos vindouros da sociedade.

Para alcançar as metas estipuladas, a equipe passa por cursos e treinamentos, qualificando a força de trabalho, que com muita luta, cooperação e trabalho baseado nos pilares da sustentabilidade social, implantam-se projetos que contribuem para um mundo melhor.

Uma cooperativa é formada por pessoas, assim como os resultados gerados são para todos e graças a essa união de forças, o sucesso tem sido uma constante, fazendo com que a organização conquiste o respeito no mercado de distribuição e geração de energia. A Cermisões hoje faz a diferença na vida das pessoas e com isso goza de ótimo conceito junto à comunidade onde está inserida, tornando-se referência em respeito e bom atendimento ao associado/consumidor, promovendo qualidade de vida e desenvolvimento aos habitantes de sua área de permissão. A conquista de MELHOR PERMISSONÁRIA por dois anos consecutivos, ao vencer o Prêmio IASC de 2014 e 2015, demonstra que o foco está alinhado com os objetivos e responsabilidades da cooperativa.

Atendimento	2015	2014	%
Número de consumidores	25.528	25.213	1,25
Número de empregados	190	197	-3,55
Número de consumidores por empregado	134,35	127,98	4,98
Número de localidades atendidas	26	26	-
Número de agências	1	1	-
Número de postos de atendimento	12	13	-
Número de postos de arrecadação	29	29	-
Mercado	2015	2014	%
Área de permissão (km ²)	7.120,66	7.120,66	-
Geração própria (MWh)	11.693,06	14.288,003	-18,16
Energia contratada (MWh)	117.710,36	100.605,177	17
Demanda Contratada Mensal (kW)	39.140	37.867	3,36
Distribuição direta (MWh)	97.405,08	98.812,844	-1,42
População atendida	130.192	128.805	1,08
Demanda máxima (MWh/h)	296.132	293.470	
Distribuição direta (GWh)	97.405	98.813	
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.796	1.835	
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			
Residencial	451,10	373,57	

Comercial	481,78	405,77	
Industrial	415,42	301,68	
Rural	343,03	271,77	
Outros	355,15	289,75	
Suprimento	124,07	101,33	
DEC (horas)	95,66	88,87	
População antecipada – Urbana (milhares habitantes)	43.930	43.110	
População atendida – Rural (milhares habitantes)	83.710	82.955	
FEC (número de interrupções)	60,89	68,75	
Número de reclamações por 10.000 consumidores	0,3	0,3	
Operacionais	2015	2014	%
Número de usinas em operação	2	2	-
Número de subestações	1	0	
Linhas de transmissão (km)	0	0	
Linhas de distribuição (km)	6.185,17	6.164,27	0,33
Capacidade instalada (MW)	146,61	129.772	12,98
Financeiros	2015	2014	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	65.580.644,21	52.784.159,54	24,24
Receita operacional líquida (R\$ mil)	52.801.794,55	46.377.808,59	13,85
Margem operacional do serviço líquida (%)	12.670.465,38	14.338.640,86	-11,63
EBITDA OU LAJIDA	10.844.899,94	11.412.695,00	-4,98
Lucro líquido (R\$ mil)	6.602.520,86	7.729.771,43	-14,58
Patrimônio líquido (R\$ mil)	86.882.780,56	80.831.727,21	7,49
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	7,60	9,56	-20,50
Endividamento do patrimônio líquido (%)	13,23	11,39	16,15
Indicadores de performance			
Salário médio dos funcionários	36.429,78		
Energia gerada / comprada por funcionário: [(energia gerada + comprada em MW) / n° de funcionários]	580,547	551,510	5,26
Energia gerada / comprada por consumidor: [(energia gerada + comprada em MW) / n° de consumidores]	4,320	4,210	2,61

Agradecimentos

Ao finalizarmos esta breve exposição de dados e fatos que marcaram as atividades administrativas e sociais, resta-nos agradecer aos associados pelo apoio e confiança na equipe que tem a incumbência de manter a entidade em pleno funcionamento. Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pela parceria de trabalho, buscando sempre planejar e implantar as mais corretas soluções em benefício da família social. Nossa gratidão e todo o reconhecimento a equipe de colaboradores que executaram da melhor forma possível os projetos por nós determinados, aos aprendizes cooperativos que durante o ano fizeram parte de nosso convívio, que aproveitem as experiências para a futura vida profissional, as equipes terceirizadas que também foram decisivas para a concretização das conquistas da cooperativa. Em fim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que a CERMISSÕES se tornasse BICAMPEÃ E REFERÊNCIA NACIONAL EM SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR 2014/2015, a Cooperativa dos Senhores Associados é "A MELHOR DISTRIBUIDORA DE ENERGIA DO BRASIL", vencedora do Prêmio IASC 2014 e 2015 da ANEEL e isso só foi possível com o apoio e participação de todos.

Muito Obrigado.

Caibaté/RS, 20 de fevereiro de 2016.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**Balanco Patrimonial**

	Nota	2015	2014
ATIVO			
Circulante		13.774.872	12.002.425
Caixa e equivalentes de caixa		2.546.806	2.043.407
Consumidores	4	7.192.391	6.313.383
Serviços em curso		213.968	145.969
Tributos e contribuições compensáveis		694.443	514.730
Almoxarifado operacional		336.351	438.314
Ativos regulatórios	6	1.499.414	269.779
Despesas pagas antecipadamente		56.490	47.220
Outros ativos circulantes		1.235.008	2.229.622
Não circulante		117.901.274	112.058.511
Consumidores		0	22.277
Depósitos judiciais e cauções		3.300	10.358
Investimentos temporários		20.000	20.000
Despesas pagas antecipadamente		1.780	7.864
Outros ativos não circulantes		1.041.799	662.813
Investimentos		108.732	93.060
Imobilizado	5	116.198.992	110.622.274
Intangível	5	526.671	619.865
Total do ativo		131.676.146	124.060.936
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		8.812.753	5.917.763
Fornecedores		2.125.453	1.936.878
Empréstimos e financiamentos		796.527	599.745
Obrigações sociais e trabalhistas		1.874.283	1.414.415
Tributos		589.230	625.668
Provisões para litígios	8	563.664	350.000
Encargos Setoriais		2.482.251	568.038
Outros passivos regulatórios	6	174.634	188.950
Outras contas a pagar		206.711	234.070
Não circulante		10.622.404	10.580.823
Empréstimos e financiamentos	7	2.857.848	3.477.039
Obrigações vinculadas à concessão	9	7.764.556	7.103.784
Patrimônio líquido		112.240.989	107.562.349
Capital social	10.a	7.261.823	7.257.247
Reservas de capital	10.b	11.372.667	11.372.667
Reservas de reavaliação	10.c	38.286.264	40.192.793
Reservas de sobras	10.d	53.161.699	46.124.273
Saldo a disposição da assembleia	10.f	2.158.537	2.615.369
Total do passivo e patrimônio líquido		131.676.146	124.060.936

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

		31/12/2015	31/12/2014
	Nota	R\$	R\$
Ingresso / Receita operacional bruta	11	53.643.277	42.522.565
Fornecimento de energia elétrica		1.237.607	11.748.002
Receita de disponibilidade da rede elétrica		43.328.315	23.546.168
Doações, contribuições e subv. econômica		8.956.558	7.114.276
Receita de atividade não vinculada		24.713	22.107
Outras receitas vinculadas		96.084	92.013
Deduções da receita operacional		12.775.635	6.404.528
Tributos e encargos		7.347.602	5.680.423
Federais		737.975	492.414
Estaduais e Municipais		6.609.627	5.188.009
Encargos parcela "A"		5.428.033	724.105
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D		199.846	182.961
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		2.907.116	358.183
Programa de Eficiência Energética – PEE		202.396	182.961
Taxa de Fiscalização - TFSE		102.962	0
Outros encargos		2.015.713	0
Receita operacional líquida		40.867.642	36.118.037
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		12.821.421	10.144.569
Energia elétrica comprada para revenda	12	10.875.081	8.977.462
Encargos de uso da rede elétrica	12	1.322.983	563.163
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra		623.358	519.902
Taxa de fiscalização		0	84.041
Resultado antes dos custos gerenciáveis		28.046.221	25.973.468
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		21.564.094	19.577.802
Pessoal		10.205.105	8.697.701
Administradores		799.855	638.794
Material		1.637.199	2.109.598
Serviços de terceiros		1.314.479	1.388.355
Arrendamentos e aluguéis		93.236	89.678
Tributos		166.173	100.193
Seguros		41.267	38.903
Outros		1.063.162	994.652
Provisão para devedores duvidosos		2.085	376.126
Provisões – outras		341.862	232.720
Depreciação		5.896.880	5.340.218
Doações e contribuições		137.630	125.471
Reversão da provisão		0	-389.971
Recuperação de despesas		-138.054	-166.459
Despesas de atividade não vinculada		3.215	1.823
Resultado da atividade da concessão		6.460.629	6.375.382
Resultado extra-concessão		21.498	20.284
Receita financeira		912.093	719.302
Despesa financeira		-460.143	-414.055
Resultado não operacional		-1.313.746	-1.179.540
Lucro (prejuízo) antes IRPJ/CSLL		5.620.331	5.521.374
Imposto de renda		280.323	124.309
Contribuição social		109.901	54.390
Lucro (prejuízo)		5.230.108	5.342.674

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Recursos	31/12/2015	31/12/2014
Sobra líquida do exercício	6.602.521	7.729.771
Demais resultados abrangentes		
Reversão da reserva de reavaliação	1.305.161	1.305.161
Resultado do exercício abrangente	7.907.682	9.034.933
Destinações		
Destinação de caráter fiscal	712.561	317.037
Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	712.561	317.037
Destinações estatutárias	5.036.585	6.102.527
Fundo de reserva legal (50%)	3.597.561	4.358.948
Rates (20%)	1.439.024	1.743.579
Saldo a Disposição da Assembleia Geral Ordinária	2.158.537	2.615.369

Demonstrações do Fluxo de Caixa

	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	6.602.521	7.729.711
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	(294.494)	(259.214)
Depreciação	4.283.595	3.853.628
Ganhos / Baixas Líquidos de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível		
Ganhos / Perdas Líquidos na Indenização de Ativos	(920.461)	(480.954)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Juros e Variações Monetárias	(210.028)	(50.002)
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Provisões para Demais Perdas Operacionais	213.664	184.720
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	-	-
Outros	2.059.326	2.191.242
	5.131.602	5.439.420
Redução (Aumento) de Ativos		
Consumidores	(881.094)	(1.517.967)
Depósitos Vinculados a Litígios	-	-
Ganhos Líquidos Com Instrumentos Financeiros	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Tributos Compensáveis	(179.714)	(34.163)
Outros	(1.330.418)	(69.113)
	(2.391.225)	(1.621.243)
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	1.914.213	173.022
Fornecedores Demais	188.575	(740.376)
Salários e Encargos Sociais	110.576	(19.879)
Tributos e Contribuição Social	(22.050)	195.938
Outros	307.544	251.289
	2.498.859	(140.006)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de Dívidas Pagos	(227.960)	(20.573)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-
	(227.960)	(20.573)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(11.184.390)	(11.017.422)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	688.607	514.723
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
	(10.495.782)	(10.502.699)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	850.000
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(619.191)	(592.891)
Integralização de Capital	4.576	4.758
	(614.616)	261.867
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	503.399	1.146.478
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	2.043.407	896.930
No fim do exercício	2.546.806	2.043.407
	503.399	1.146.478

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Reavaliação	Reserva Legal	Rates	Reserva para Investimentos	Fundo Expansão e Manutenção	Sobra à Disp. AGO	Total
Saldo em 31/12/2013	7.252.489	11.372.667	12.715.852	19.688.404	4.315.420		15.561.124	2.704.694	73.610.650
Integralização de capital	4.758								4.758
Destinação conforme AGO						2.704.694		-2.704.694	0
Sobra líquida do exercício								7.729.771	7.729.771
Destinação estatutária sobras				4.358.948	2.060.616			-6.419.564	0
Rates aplicado					-513.453				-513.453
Realização reserva reavaliação			-1.305.161					1.305.161	0
Saldo em 31/12/2014	7.257.247	11.372.667	11.410.691	24.047.351	5.862.583	2.704.694	15.561.124	2.615.369	80.831.727
Integralização de capital	4.576								4.576
Destinação conforme AGO						2.615.369		-2.615.369	0
Sobra líquida do exercício								6.602.521	6.602.521
Destinação estatutária sobras				3.597.561	2.151.585			-5.749.146	0
Rates aplicado					-556.043				-556.043
Realização reserva reavaliação			-1.305.161					1.305.161	0
Saldo em 31/12/2015	7.261.823	11.372.667	10.105.530	27.644.912	7.458.125	5.320.063	15.561.124	2.158.537	86.882.781

NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuada pela cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões CERMISSÕES é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Caibatê, Estado do Rio Grande do Sul, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico, através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesses de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como atividades preponderantes a distribuição, geração de energia elétrica e a prestação de serviços aos seus 28.310 cooperados em 26 municípios da região das Missões, área que concentra grande parte da produção agrícola do Estado.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas na nota 04 das Demonstrações Contábeis Societárias.

Ativos e passivos regulatórios: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados

quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da permissão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado, custos com componentes menores e custos adicionais necessários a operação, os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação – valor novo de reposição (VNR): é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. No exercício 2015 foi feita a realização da reserva de reavaliação o montante de R\$ 1.305.161 referente aos encargos de depreciação dos bens reavaliados e R\$ 601.367 relativo a baixa pela desativação.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2013 e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL em 17 de setembro de 2013 conforme Resolução Homologatória nº 1.618/2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da permissionária é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Permissionárias

A composição das contas a receber é como segue:

DESCRIÇÃO - R\$	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2015	TOTAL 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia	7.007.610	165.290	10.246	8.556	11.039	25.891	(36.241)	7.192.391	6.313.383
- Residencial	1.003.193	36.791	3.202	3.501	4.301	8.142	(17.035)	1.042.094	910.037
- Industrial	266.437	-	-	-	-	-	-	266.437	204.764
- Comercial	885.937	77.223	1.577	1.529	1.161	2.921	(4.200)	966.148	671.247
- Rural	2.344.654	33.909	4.914	2.791	5.316	14.199	(14.725)	2.391.059	2.360.444
- Poderes Públicos	186.432	3.305	382	613	-	276	(280)	190.727	146.742
- Iluminação Pública	160.917	12.573	-	22	-	-	-	173.512	80.326
- Serviço Público	43.966	-	-	-	-	-	-	43.966	35.511
- Serviço Taxado	7.553	1.489	171	100	261	353	-	9.928	11.448
- Fornecimento Não Faturado	1.921.022	-	-	-	-	-	-	1.921.022	1.776.116
- Parcelamento de Energia	102.499	-	-	-	-	-	-	102.499	76.116
- Outras Rendas	85.847	-	-	-	-	-	-	85.847	41.115
- (-) Arrecadação Processo Classif.	(847)	-	-	-	-	-	-	(847)	(483)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.007.610	165.290	10.246	8.556	11.039	25.891	(36.241)	7.192.391	6.313.383

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme estabelece a Instrução Contábil nº 6.3.2. do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço. O valor constituído de R\$ 36.241, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Dos valores a receber com fornecimento de energia elétrica até 60 dias R\$ 73.879 refere-se a valores renegociados.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	9.590.170	126.909	-136.186	0	0	9.580.893	-9.277	-3.317.024	6.263.869	6.447.916	0	0	0
Terrenos	205.575	0	0	0	0	205.575	0	0	205.575	205.575			
Reservatórios, Barragens e Adustras	4.771.059	0	0	0	0	4.771.059	0	-1.627.199	3.143.861	3.253.359			
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.460.783	0	0	0	0	1.460.783	0	-516.791	943.991	979.235			
Máquinas e Equipamentos	3.139.451	126.909	-134.281	0	0	3.132.079	-7.372	-1.162.424	1.969.655	2.008.318			
Veículos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Móveis e Utensílios	13.302	0	-1.905	0	0	11.397	-1.905	-10.610	787	1.429			
Transmissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos													
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias													
Máquinas e Equipamentos													
Veículos													
Móveis e Utensílios													
Distribuição	146.614.039	10.915.605	-4.424.416	0	0	153.105.229	6.491.189	-54.140.898	98.964.330	95.953.077	7.791.060	1.228.667	6.562.393
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	591.945	5.274	0	0	0	597.219	5.274	-24.658	572.560	587.017			
Máquinas e Equipamentos	143.790.645	10.204.255	-4.279.386	0	0	149.715.514	5.924.869	-52.744.504	96.971.010	94.282.511	7.791.060	1.228.667	6.562.393
Veículos	2.198.442	618.227	-122.434	0	0	2.694.236	495.794	-1.313.466	1.380.769	1.069.343			
Móveis e Utensílios	33.008	87.849	-22.597	0	0	98.260	65.253	-58.270	39.991	14.206			
Administração	2.168.640	86.828	-25.406	0	0	2.230.061	61.422	-1.310.631	919.431	978.784	0	0	0
Terrenos	195.515	-	-	-	-	195.515	-	-	195.515	195.515			-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.266.384	-	-	-	-	1.266.384	-	(841.333)	425.051	467.221			
Máquinas e Equipamentos	407.088	86.594	(24.352)	-	-	469.329	62.241	(295.452)	173.877	163.108			
Veículos	226.674	-	-	-	-	226.674	-	(122.052)	104.622	129.334			
Móveis e Utensílios	72.979	234	(1.054)	-	-	72.159	(820)	(51.794)	20.365	23.606			
Comercialização	193.531	52.659	(246.190)	-	-	(0)	(193.531)	-	-	80.575	-	-	-
Terrenos													
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias													
Máquinas e Equipamentos	126.005	34.117	(160.123)	-	-	-	(126.005)	-	-	50.899			
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Móveis e Utensílios	67.525	18.542	(86.067)	-	-	(0)	(67.525)	-	-	29.676			
Subtotal	158.566.379	11.182.001	(4.832.197)	-	-	164.916.183	6.349.803	(58.768.553)	106.147.630	103.460.352	7.791.060	1.228.667	6.562.393

Ativo Imobilizado em Curso - R\$	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
Geração	894.600	6.839.801	(3.930.469)	-	-	3.803.931	2.909.331		3.803.931	894.600	-		
Máquinas e Equipamentos		3.525.420	(126.909)	-	-	3.398.511	3.398.511		3.398.511		-		
Outros	894.600	3.314.381	(3.803.561)			405.420	(489.180)		405.420	894.600	-		
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-		-		-		
Máquinas e Equipamentos						-	-		-		-		
Outros						-	-		-		-		
Distribuição	6.267.322	18.479.439	(18.499.331)	-	-	6.247.431	(19.892)		6.247.431	6.267.322	1.202.163	-	1.202.163
Máquinas e Equipamentos	3.555.582	9.027.575	(10.178.992)	-	-	2.404.165	(1.151.417)		2.404.165	3.555.582	153.438		153.438
Outros	2.711.741	9.451.864	(8.320.339)			3.843.266	1.131.525		3.843.266	2.711.741	1.048.725		1.048.725
Administração	-	207.784	(207.784)	-	-	-	-		-		-		
Máquinas e Equipamentos		50.437	(50.437)			-	-		-		-		
Outros		157.347	(157.347)			-	-		-		-		
Comercialização	-	67.473	(67.473)	-	-	-	-		-		-		
Máquinas e Equipamentos		60.889	(60.889)			-	-		-		-		
Outros		6.584	(6.584)			-	-		-		-		
Subtotal	7.161.922	25.594.498	(22.705.058)	-	-	10.051.362	2.889.439		10.051.362	7.161.922	1.202.163	-	1.202.163
Total do Ativo Imobilizado	165.728.302	36.776.498	(27.537.255)	-	-	174.967.544	9.239.243	(58.768.553)	116.198.992	110.622.274	8.993.224	1.228.667	7.764.556

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	548.464	204.532	-	-	(46.758)	706.237	204.532	(277.289)	428.948	319.160
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	548.464	204.532	-	-	(46.758)	706.237	204.532	(277.289)	428.948	319.160
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	305.239	-	-	-	(43.496)	261.743	-	(164.020)	97.723	149.827
Softw ares	305.239	-	-	-	(43.496)	261.743	-	(164.020)	97.723	149.827
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	853.702	204.532	-	-	(90.254)	967.980	204.532	(441.308)	526.671	468.987
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	130.278	37.429	(167.707)	-	-	-	(130.278)	-	-	130.278
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	130.278	37.429	(167.707)	-	-	-	(130.278)	-	-	130.278
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	20.600	16.225	(36.825)	-	-	-	(20.600)	-	-	20.600
Softw ares	20.600	16.225	(36.825)	-	-	-	(20.600)	-	-	20.600
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	150.878	53.653	(204.532)	-	-	-	(150.878)	-	-	150.878
Total do Ativo Intangível	1.004.581	258.185	(204.532)	-	(90.254)	967.980	53.653	(441.308)	526.671	619.865

5.3 A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	99.889.470	14.675.700	(2.667.510)	133.340	42.417.260	154.448.260	12.141.530
Transformador de Distribuição	16.607.820	2.015.350	(791.130)	-	13.359.280	31.191.320	1.224.220
Medidor	6.078.640	4.021.660	(113.360)	-	(2.529.760)	7.457.180	3.908.300
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	10.742.100	1.720.030	(54.300)	8.160	1.480.290	13.896.280	1.673.890
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	10.361.520	6.016.920	(406.830)	-	2.469.630	18.441.240	5.610.090
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	56.099.390	901.740	(1.301.890)	125.180	27.637.820	83.462.240	(274.970)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	7.103.784	(2.593.220)	1.932.447	-	-	7.764.556	(660.773)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	7.103.784	(2.593.220)	1.932.447	-	-	7.764.556	(660.773)

5.4 Ativo imobilizado líquido

Ativo Imobilizado - R\$	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração		9.580.893	(3.317.024)	6.263.869	6.447.916
Custo Histórico		6.733.440	(2.277.807)	4.455.632	4.546.957
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação		2.847.453	(1.039.216)	1.808.237	1.900.958
Distribuição		153.105.229	(54.140.898)	98.964.330	95.953.077
Custo Histórico		111.166.429	(36.223.786)	74.942.643	70.033.774
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação		41.938.800	(17.917.113)	24.021.687	25.919.303
Administração		2.230.061	(1.310.631)	919.431	978.784
Custo Histórico		2.780.397	(1.662.109)	1.118.288	1.200.425
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação		(550.336)	351.479	(198.857)	(221.641)
Comercialização		-	-	-	80.575
Custo Histórico				-	101.164
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	(20.589)
		164.916.183	(58.768.553)	106.147.630	103.460.352
Em Curso					
Geração				3.803.931	894.600
Distribuição				6.247.431	6.267.322
Administração					
Comercialização					-
		-	-	10.051.362	7.161.922
		164.916.183	(58.768.553)	116.198.992	110.622.274

5.5 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos							
Reservatórios, Barragens e Adutoras							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	15.840	6.670				22.510
Máquinas e Equipamentos	6.196.013	5.015.650	1.226.310			223.850	12.661.823
Móveis e Utensílios	6.584						6.584
A Ratear	-	2.900	37.836			3.440	44.176
Desenvolvimento de Projetos	-	38.000	-			-	38.000
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	731.340	275.400	88.560			(6.800)	1.088.500
Material em Depósito	5.949.545						5.949.545
Compras em Andamento	4.263.585						4.263.585
Adiantamentos a Fornecedores	4.101.112	244.181				623.323	4.968.617
Depósitos Judiciais	-	-	-			-	-
Outros	288.000	32.588					320.588
Total das Adições	21.536.179	5.624.559	1.359.376	-	-	843.813	29.363.927

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração	
Equipamento geral	6,25
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Estrutura da tomada d'água	2,86
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67
Chave de distribuição (inferior a 69 Kv)	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema (poste)	3,57
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador	4,00
Administração Central	
Equipamento geral	6,25
Edificação	3,33

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$
1	Condutor de alumínio 4/0 AWG CAA	186.648
2	Regulador de Tensão Monofásico 460 KVA	156.620
3	Regulador de Tensão Monofásico 460 KVA	151.720
4	Condutor de alumínio 4/0 AWG CAA	139.699
5	Condutor de alumínio 4/0 AWG CAA	138.875
6	Caminhonete Toyota Hilux placa IWZ 1738	118.362
7	Caminhonete Toyota Hilux placa IWR 2799	112.953
8	Condutor de alumínio 4/0 AWG CAA	102.690
9	Caminhonete Chevrolet S10 placa IWE 1389	102.264
10	Caminhonete Chevrolet S10 placa IWE 1390	102.011

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$
1	Banco de Capacitor Automatico 150 KVAR	66.825
2	Caminhonete Ford Ranger placa IMB 3274	62.200
3	Caminhonete Bramont Mahindra SC3 placa IVM 5009	60.234
4	Religador de Tensão trifásico anterior até 630 A	47.084
5	Religador de Tensão trifásico anterior até 630 A	45.471
6	Regulador de Tensão monofásico 460 KVA	44.504
7	Regulador de Tensão monofásico 460 KVA	44.504
8	Regulador de Tensão monofásico 460 KVA	44.504
9	Transformador de Força 2,25 MVA	43.072
10	Transformador de Força 2,25 MVA	43.072

Abertura dos Ativos Financeiros:

Instituição/Linha Devedora	Juro de curto prazo	Principal curto prazo	principal + juros LP	Saldo total
Ativos Financeiros		2.546.806	20.000	2.566.806
Caixa e aplicações financeiras		2.546.806	20.000	2.566.806
Caixa e equivalente de caixa		2.546.806		2.546.806
Aplicações financeiras				-
Títulos e valores mobiliários			20.000	20.000

Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

Instituição/Linha Devedora	Juro de curto prazo	Principal curto prazo	principal + juros LP	Saldo total
(+) Dívida Bruta		796.525	2.857.848	3.654.373
Financ./Emprestimo moeda nacional		796.525	2.857.848	3.654.373
Diversos				-
(-) Ativos Financeiros		- 2.546.806	- 20.000	- 2.566.806
Alta Liquidez		- 2.546.806		- 2.546.806
Demais aplicações financeiras			-20.000	- 20.000
(+) Dívida Líquida I		- 1.750.281	2.837.848	1.087.567
(+/-) Derivativos/Fair Value				-
(+) Dívida Líquida II		- 1.750.281	2.837.848	1.087.567

8. Provisões para Litígios

A composição desta conta é como segue:

R\$	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
SalDOS em 31/12/2014		250.000		250.000
Constituição	150.000	413.664		563.664
Pagamentos				
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades				
Atualização Monetária				
Baixas		(250.000)		
Outros				
SalDOS em 31/12/2015	150.000	413.664	-	563.664

9. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		7.791.060			7.791.060
Participação da União, Estados e Municípios		4.494.575			4.494.575
Participação Financeira do Consumidor		3.277.865			3.277.865
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		8.648			8.648
Programa de Eficiência Energética - PEE					
Pesquisa e Desenvolvimento		9.973			9.973
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica					
Outros					
Ultrapassagem de demanda					
Excedente de reativos					
Diferença das perdas regulatórias					
Outros					
(-) Amortização Acumulada - AIS	4,36%	(1.228.667)			(1.228.667)
Participação da União, Estados e Municípios		(904.414)			(904.414)
Participação Financeira do Consumidor		(322.329)			(322.329)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(1.214)			(1.214)
Programa de Eficiência Energética - PEE					
Pesquisa e Desenvolvimento		(709)			(709)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica					
Outros					
Ultrapassagem de demanda					
Excedente de reativos					
Diferença das perdas regulatórias					
Outros					
Total		6.562.393			6.562.393

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
Em curso	935.504	(1.560.841)	1.424.495	-	-	1.202.163	266.659
Participação da União, Estados e Municípios						-	-
Participação Financeira do Consumidor	184.627	(875.912)	778.652			87.367	(97.260)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido						-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE						-	-
Pesquisa e Desenvolvimento						-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica						-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	(321.240)	324.604	-	-	3.364	3.364
Valores Não Aplicados	105.157	(363.689)	321.240	-	-	62.708	(42.449)
Outros	645.720	(32.986)	435.991			1.048.725	403.004
Ultrapassagem de demanda	244.092	(6.894)	197.672			434.869	190.777
Excedente de reativos	401.628	(26.092)	238.319			613.856	212.227
Diferença das perdas regulatórias		-				-	-
Outros						-	-
Total	935.504	(1.560.841)	1.424.495	-	-	1.202.163	266.659

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$
1	Sonalo Decker	51.935
2	Luiz Carlos Machado Gonçalves	43.474
3	Lucinei Donato	42.611
4	Valdir Carlos Donato	29.918
5	Telaks Cereais Ltda	19.329
6	Anderson Marques dos Santos	16.739
7	Hugo Hinz	14.121
8	Paulo Cesar Vieira Pires	13.687
9	Mario Brasil Gomes dos Santos	13.479
10	Valdir Melchior	8.403

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social:

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 7.261.822 (sete milhões, duzentos e sessenta e um mil e oitocentos e vinte e dois reais) é formado por cotas partes referente a 28.310 associados (R\$ 7.257.246 em 2014).

b) Reservas de capital:

	2015	2014
Reserva de equalização	8.444.327	8.444.327
Doações e subvenções para investimentos	2.928.340	2.928.340
Total	11.372.667	11.372.667

c) Outros resultados abrangentes:

	2015	2014
Reserva de reavaliação	10.105.529	11.410.691
Reserva de reavaliação - VNR	28.180.734	28.782.102
Total	38.286.263	40.192.793

d) Reservas de sobras:

	2015	2014
Reserva legal	27.644.912	24.047.351
Rates - Reserva assistência técnica educ. social	7.458.125	5.862.583
Reserva de expansão e manutenção	15.561.124	15.561.124
Reserva para investimento	5.320.063	2.704.694
Equalização do resultado regulatório e societário	(2.822.526)	(2.051.480)
Total	53.161.698	46.124.272

e) Natureza e finalidade das reservas:

Reserva legal: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. De acordo com o Art. 55 do Estatuto Social da Cooperativa das sobras líquidas do exercício serão deduzidos 50% para a constituição da reserva legal, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral. Destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Reserva de assistência técnica, educacional e social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 20% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

O resultado positivo apurado com o Ato Não Cooperativo foi de R\$ 712.560 (setecentos e doze mil, quinhentos e sessenta reais), o qual foi transferido para o RATES – Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social, conforme prevê a legislação cooperativista.

e) Sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária:

Demonstração	2015	2014
Resultado do Exercício	7.907.682	9.034.932
Destinações:		
Reserva Legal	3.597.561	4.358.948
Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social	2.151.585	2.060.616
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	2.158.536	2.615.368

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	25.514	25.198	97.203	98.604	43.600.580	35.181.804
Residencial	8.056	7.817	14.474	14.351	8.665.667	7.117.950
Industrial	21	19	4.014	3.798	2.012.345	1.381.074
Comercial	1.309	1.289	11.902	10.828	7.665.015	5.869.448
Rural	15.529	15.478	58.703	61.664	21.502.672	17.798.451
Poder público	469	464	3.091	3.125	1.878.831	1.583.286
Iluminação pública	108	108	4.171	4.027	1.416.092	1.069.632
Serviço público	22	23	848	811	459.958	361.964
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	-	-
Consumidores Cativos						
Consumidores Livres						
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	(403.004)	(401.473)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(190.777)	(173.915)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(212.227)	(227.558)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					144.905	435.725
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					1.223.441	78.114
Serviços Cobráveis					55.396	50.560
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					8.956.558	7.114.276
Outras receitas					65.401	63.560
Total	25.514	25.198	97.203	98.604	53.643.277	42.522.565

12. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014
Pessoal	10.205.105	8.697.701
Remuneração	6.921.659	5.318.302
Encargos	2.538.148	2.551.140
Previdência privada		
Previdência - Fundação - Mantenedora		
Previdência - Déficit ou superávit atuarial		
Assistência médica		
Programa de demissão voluntária		
Despesas rescisórias	302.433	279.238
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	346.525	240.734
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
Outros	96.341	308.287
Administradores	799.855	638.794
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	739.072	574.057
Benefícios dos administradores	60.784	64.737
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
Total	11.004.960	9.336.495

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício por atividade - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2015, da Unidade de Negócio Geração.

R\$ em 2015	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Receita / Ingresso	1.237.607	-	-	1.237.607
Fornecimento de energia elétrica	1.237.607			1.237.607
Tributos	202.229	-	-	202.229
ICMS	187.968			187.968
PIS-PASEP	2.589			2.589
Cofins	11.672			11.672
ISS				-
Encargos - Parcela "A"	49.899	-	-	49.899
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	5.386			5.386
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	31.195			31.195
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	2.408			2.408
Outros encargos	10.910			10.910
Receita líquida / Ingresso líquido	985.479			985.479
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-			-
Energia elétrica comprada para revenda				-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	985.479	-	-	985.479
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	773.344	-	-	773.344
Pessoal e administradores	362.993			362.993
Material	78.800			78.800
Serviços de terceiros	76.255			76.255
Seguros	8.896			8.896
Tributos	4.849			4.849
Depreciação e amortização	240.165			240.165
Gastos diversos	1.385			1.385
Resultado da Atividade	212.135	-	-	212.135

14. Revisão e Reajuste Tarifário

14.1 Revisão Tarifária Periódica

O Contrato de Permissão nº 030/2010, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de permissão da CERMISSÕES define a data de 30 de junho de 2013 como a data em que deverá ser processada a primeiro ciclo revisão tarifária periódica.

Para a realização da presente revisão tarifária procedeu-se à Audiência Pública nº 38/2013, oportunidade para interessados oferecer contribuições para aperfeiçoamento do ato, os regramentos mais importantes para tal foram o Submódulo 8.1 e 10.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária – PRORET.

A conclusão da Revisão Tarifária resultou na Resolução Homologatória 1.550, de 25 de junho de 2013, que após recurso da Cermissões foi reformada pela Resolução Normativa 1.618 de 17 de setembro de 2013.

Assim, as tarifas da Cermissões ficaram em média, reposicionadas em 6,41% (seis vírgula quarenta e um por cento), sendo 8,28% (oito vírgula vinte e oito por cento) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,87% (um vírgula oitenta e sete por cento negativo) relativo aos componentes financeiros pertinentes.

14.2 Reajuste Tarifário Anual

O reajuste anual ocorre entre as revisões tarifárias, onde se considera os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações apresentadas no período entre reajustes, ainda para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustadas pela aplicação de um parâmetro de produtividade denominadas fator X.

O mais recente reajuste da Cermissões foi estabelecido por meio da Resolução Homologatória 1.915 de 23 de junho de 2015, sendo que ajuste médio foi de 22,39 % (vinte e dois vírgula trinta e nove por cento).

14.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

A remuneração regulatória é o produto de critérios previstos no Submódulo 8.1 do PRORET.

São realizadas verificações de todos os ativos elétricos da Cermissões, quantificados e classificados, originando um laudo de ativos da permissionária, desta forma são valorados por meio de banco de preços definido pela ANEEL, para estabelecer valor novo de reposição (VNR).

A seguir na tabela verificamos o resumo do cálculo da Base de Remuneração Regulatória e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	R\$ 132.513.843
(2) Obrigações Especiais Bruta	R\$ -
(3) Bens Totalmente Depreciados	R\$ 1.760.822
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	R\$ 130.753.021
(6) Depreciação Acumulada	R\$ 42.459.003
(7) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1) - (6)	R\$ 90.054.840
(8) Obrigações Especiais Líquida	R\$ -
(9) Terrenos e Servidões	R\$ -
(10) Almoxarifado em Operação	R\$ 397.542
(11) Base de Remuneração Líquida Total = (7)-(8)+(10)	R\$ 90.452.382
(12) Taxa de Depreciação	4,00%
(13) Rwaccpré	3,77%
(14) Remuneração de Capital (RC) = (11)*(13)	R\$ 3.410.055
(15) Quota de Reintegração Regulatória (QRR) = (5)*(12)	R\$ 5.230.121
(16) CAIMI	754.180
(17) CAA = 14+15+16	9.394.356

14.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O custo das instalações Móveis e Imóveis, também denominados Anuidades, refere-se aos investimentos de curto prazo periódico de recuperação, tais como os realizados em hardware software, veículos, em toda a infraestrutura de edificações de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são denominados como uma relação AIS, a tabela a seguir resume os valores.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	4.777.392
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.194.348
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.194.348
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	2.388.696
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	65.322
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	193.135
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	495.724
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	754.180

14.5 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT (R\$)	Receita Verificada (R\$)	Revisão	Var Projetado (%)	Impacto na Revisão Tarifaria	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	12.605.598	19.207.447	6.601.849	52,37%	16,64%	39,80%
1.1 Encargos Setoriais	1.628.409	6.535.285	4.906.875	301,33%	12,37%	13,54%
TFSEE	84.321	127.376	43.056	51,06%	0,11%	0,26%
CDE	487.933	5.359.700	4.871.767	998,45%	12,28%	11,11%
PROINFA	669.351	623.116	-46.235	-6,91%	-0,12%	1,29%
P&D (Eficiência Energética)	386.805	425.093	38.288	9,90%	0,10%	88,00%
1.2 Transmissão	2.003.772	2.362.774	359.003	17,92%	0,90%	4,90%
CUSD	2.003.772	2.362.774	359.003	17,92%	0,90%	4,90%
1.3 Compra de Energia	8.973.417	10.309.388	1.335.971	14,89%	3,37%	21,36%
CCEAR Existente	8.973.417	10.309.388	1.335.971	14,89%	3,37%	21,36%
2. Parcela B (2.1 +2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	27.073.419	29.055.990	1.982.571	7,32%	5,00%	60,20%
2.1. Parcela B	27.073.419	29.055.990	1.982.571	7,32%	5,00%	60,20%
3.Reposicionamento						
4. Componentes Financeiros	0,07%					
5. Reposicionamento com Financeiros	21,63%					
6. Financeiros Retirados do IRT anterior						
7.Efeito para Consumidor	22,39%					

15. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
ATIVO							
Circulante							
Consumidores, conces. e permissionárias	15.1	7.192.391	0	7.192.391	6.347.538	0	6.313.383
Despesas pagas antecipadamente	15.2	56.490	1.499.414	1.555.904	47.220	269.779	316.999
Outros ativos circulantes não afetados		5.026.577		5.026.577	5.337.887		5.372.042
Sub Total		12.275.458	1.499.414	13.774.872	11.732.646	269.779	12.002.425
Consumidores, conces. e permissionárias		0	0	0	22.277	0	22.277
Ativo financeiro da permissão	15.3	3.488.292	-3.488.292	0	2.651.892	-2.651.892	0
Outros ativos circulantes não afetados		1.066.879	0	1.066.879	701.035	0	701.035
Sub Total		4.555.171	-3.488.292	1.066.879	3.375.204	-2.651.892	723.312
Investimentos		108.732	0	108.732	93.060	0	93.060
Imobilizado	15.4	0	108.434.435	108.434.435	0	103.518.490	103.518.490
Em serviço		0	157.151.626	157.151.626	0	151.462.595	151.462.595
(-) Reintegração acumulada		0	-58.768.553	-58.768.553	0	-55.106.028	-55.106.028
Em curso		0	10.051.362	10.051.362	0	7.161.922	7.161.922
Intagíveis	15.5	81.439.386	-80.912.714	526.671	74.836.671	-74.216.806	619.865
Em serviço		112.069.526	-111.101.546	967.980	105.054.667	-104.291.219	763.448
(-) Reintegração acumulada		-40.681.502	40.240.194	-441.308	-37.530.797	37.236.336	-294.462
Em curso		10.051.362	-10.051.362	0	7.312.801	-7.161.922	150.878
TOTAL DO ATIVO		98.378.747	25.532.842	123.911.590	90.037.580	26.919.571	116.957.152
PASSIVO							
Circulante							
Passivos regulatórios	06	0	174.634	174.634	0	188.950	188.950
Outros passivos circulantes não afetados		8.638.119	0	8.638.119	5.728.814	0	5.728.814
Sub Total		8.638.119	174.634	8.812.753	5.728.814	188.950	5.917.763
Outros passivos circulantes não afetados		2.857.848	0	2.857.848	3.477.039	0	3.477.039
Sub Total	15.6	2.857.848	0	2.857.848	3.477.039	0	3.477.039
Patrimônio líquido							
Capital social		7.261.823	0	7.261.823	7.257.247	0	7.257.247
Reserva de capital		11.372.667	0	11.372.667	11.372.667	0	11.372.667
Reserva de sobras		55.984.225	-2.822.526	53.161.699	48.175.754	-2.051.481	46.124.273
Reserva avaliação patrimonial		10.105.530	28.180.734	38.286.264	11.410.691	28.782.102	40.192.793
Lucro (prejuízo) acumulado	15.7	2.158.537	0	2.158.537	2.615.369	0	2.615.369
Sub Total		86.882.781	25.358.208	112.240.989	80.831.727	26.730.622	107.562.349
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		98.378.747	25.532.842	123.911.590	90.037.580	26.919.571	116.957.152

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Societário	Ajuste CPC	Regulatório	Societário	Ajuste CPC	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11	65.580.644	12.757.804	53.643.277	52.784.160	9.614.876	42.522.565
Fornecimento de energia elétrica		1.237.607	0	1.237.607	10.379.842	1.368.160	11.748.002
Receita de disponibilidade da rede elétrica		42.507.879	0	43.328.315	25.237.687	-1.691.519	23.546.168
Doações, contribuições e subvenção econômica		8.956.558	0	8.956.558	7.114.276	0	7.114.276
Receita de atividade não vinculada	15.9	12.782.516	12.757.804	24.713	9.960.342	9.938.235	22.107
Outras receitas vinculadas		96.084	0	96.084	92.013	0	92.013
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		12.778.850	-3.215	12.775.635	6.406.351	-1.823	6.404.528
Tributos e encargos		7.350.817	-3.215	7.347.602	5.682.246	-1.823	5.680.423
Federais		740.362	-2.387	737.975	494.236	-1.822	492.414
Estaduais e municipais		6.610.455	-828	6.609.627	5.188.010	-1	5.188.009
Encargos parcela A		5.428.033	0	5.428.033	724.105	0	724.105
Pesquisa e desenvolvimento - P & D		199.846	0	199.846	182.961	0	182.961
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		2.907.116	0	2.907.116	358.183	0	358.183
Programa de eficiência energética - PEE		202.396	0	202.396	182.961	0	182.961
Taxa de fiscalização - TFSE		102.962	0	102.962	0	0	0
Outros encargos		2.015.713	0	2.015.713	0	0	0
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		52.801.795	12.754.589	40.867.642	46.377.809	9.613.053	36.118.037
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		12.821.421	0	12.821.421	10.152.095	-7.527	10.144.569
Energia elétrica comprada para revenda		10.875.081	0	10.875.081	8.977.462	0	8.977.462
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		623.358	0	623.358	519.902	0	519.902
Encargos de uso do sistema de transmissão/distrib.		1.322.983	0	1.322.983	563.163	0	563.163
Taxa de fiscalização		0	0	0	91.568	-7.527	84.041
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		39.980.373	12.754.589	28.046.221	36.225.713	9.605.527	25.973.468
CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela "B"		33.419.069	11.854.975	21.564.094	28.619.774	9.041.972	19.577.802
Pessoal		10.205.105	0	10.205.105	8.697.701	0	8.697.701
Administradores		799.855	0	799.855	638.794	0	638.794
Material		1.637.199	0	1.637.199	2.109.598	0	2.109.598
Serviços de terceiros		1.314.479	0	1.314.479	1.388.355	0	1.388.355
Arrendamentos e alugueis		93.236	0	93.236	89.678	0	89.678
Tributos		166.173	0	166.173	100.193	0	100.193
Seguros		41.267	0	41.267	38.903	0	38.903
Outros	15.9	13.820.965	12.757.804	1.063.162	10.932.887	9.938.235	994.652
Provisão devedores duvidosos		2.085	0	2.085	376.126	0	376.126
Provisões - outras		341.862	0	341.862	232.720	0	232.720
Depreciação		0	-5.896.880	5.896.880	0	-5.340.218	5.340.218
Amortização		4.283.595	4.283.595	0	3.853.628	3.853.628	0
Doações e contribuições		137.630	0	137.630	125.471	0	125.471
Outras receitas operacionais		-291.424	-291.424	0	-201.031	-201.031	0
Outras despesas operacionais		1.005.095	1.005.095	0	793.180	793.180	0
Reversão de provisão		0	0	0	-389.971	0	-389.971
Recuperação de despesas		-138.054	0	-138.054	-166.459	0	-166.459
Despesa de atividade não vinculada		0	-3.215	3.215	0	-1.823	1.823
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		6.539.807	899.614	6.460.629	7.585.655	563.555	6.375.382
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		21.498	0	21.498	20.284	0	20.284
Receita financeira		879.329	0	912.093	714.307	4.995	719.302
Despesa financeira		-447.889	0	-460.143	-411.775	-2.280	-414.055
Resultado não operacional		0	1.313.746	-1.313.746	0	1.179.540	-1.179.540
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL		6.992.744	1.372.413	5.620.331	7.908.471	1.745.810	5.521.374
Imposto de renda		280.323	0	280.323	124.309	0	124.309
Contribuição social		109.901	0	109.901	54.390	0	54.390
LUCRO (PREJUÍZO)	15.8	6.602.521	1.372.413	5.230.108	7.729.771	2.387.097	5.342.674

15.1 Consumidores

Os valores a receber são provenientes, principalmente do fornecimento de energia elétrica dos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa número 04.

15.2 Ativos e passivos regulatórios

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela "A") – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em

relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

	2015	2014
	R\$	R\$
Neutralidade da parcela "A" – em curso	426.568	1.130
Componentes financeiros – em curso	882.884	166.579
Componentes financeiros - reconhecidos	189.962	102.070
Total	1.499.414	269.779

15.3 Ativo financeiro da Concessão

O ativo financeiro indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 e corresponde à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

15.4 Imobilizado

Os bens e instalações vinculados diretamente ou indiretamente às atividades da permissão, na contabilidade societária estão registrados, no grupo do ativo não circulante, intangível e a parcela referente aos bens que serão depreciados após o prazo de permissão estão registrados como ativo financeiro (nota 2).

R\$	2015	2014
Em Serviço		
Geração	6.263.869	6.447.916
Terrenos	205.575	205.575
Reservatório, barragens e adutoras	3.143.861	3.253.359
Edificações	943.991	979.235
Máquinas e equipamentos	1.969.655	2.008.318
Móveis e utensílios	787	1.429
Distribuição	98.964.330	95.953.077
Edificações	572.560	587.017
Máquinas e equipamentos	96.971.010	94.282.511
Veículos	1.380.769	1.069.343
Móveis e utensílios	39.991	14.206
Administração	919.431	978.784
Terrenos	195.515	195.515
Edificações	425.051	467.221
Máquinas e equipamentos	173.877	163.108
Veículos	104.622	129.334
Móveis e utensílios	20.365	23.606
Comercialização	0	80.575
Máquinas e equipamentos	0	50.899
Móveis e utensílios	0	29.676
Subtotal	106.147.630	103.460.352
Em Curso		
Geração	3.803.931	894.600
Distribuição	6.206.932	6.267.322
Sistema de transmissão associado	40.499	0
Subtotal	10.051.362	7.161.922
Total do Imobilizado	116.198.992	110.622.274
Obrigações especiais vinculados à concessão	-7.764.556	-7.103.784
Imobilizado Líquido	108.434.435	103.518.490

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Foram utilizadas as taxas anuais constantes da Resolução ANEEL nº 367/09, resultando num encargo de amortização no valor de R\$ 5.896.879.

As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão/permissão. As obrigações especiais não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes e foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 240/2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367/2009.

15.5 Intangível

O valor do Intangível é o que segue (valores em R\$):

	2015	2014
Em serviço	526.671	468.987
Em curso	0,00	150.878
Total	526.671	619.865

O ICPC 01- Contratos de Concessão define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões quando atendidas determinadas condições. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para (a) O Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da permissão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando o direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa.

O Intangível está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescido das atualizações monetárias até 1995). Os bens são amortizados pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 367/09.

Os encargos de depreciação, correspondentes à parcela de reavaliação do imobilizado, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para as contas de sobras e/ou perdas do exercício. Parte da depreciação registrada como despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, observando o critério de proporcionalidade entre o total do imobilizado e o montante constituído mediante participação de terceiros.

15.6 Reclassificação das obrigações especiais

A composição das obrigações especiais, cujo saldo está composto na nota número 09, não integra esta demonstração contábil. A condição para adoção da norma pelas distribuidoras de energia elétrica é a celebração de termo de aditivo aos contratos de concessão e permissão, mediante a inclusão de cláusula específica. O referido aditivo foi assinado pela Cermissões em 01/12/2015 e encaminhado para a Agência Nacional de Energia Elétrica à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição, conforme instruções constantes no Ofício Circular nº 0006/2015-SCT/ANEEL. A Administração optou em proceder esta alteração no exercício de 2016.

15.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2015	2014
Saldo no final do Exercício Societário	86.882.781	80.831.727
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	25.358.208	26.730.622
Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	28.180.734	28.782.102
equalização do Resultado Regulatório e Societário	-2.822.526	-2.051.481
Saldo no final do Exercício Regulatório	112.240.989	107.562.349

15.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

O valor apresentado nesta conta corresponde à diferença decorrente do tratamento distinto, dispensado pelas duas contabilidades, ao valor relativo à neutralidade dos encargos setoriais.

Na contabilidade regulatória, ao reconhecer a obrigação de pagar futuramente tal diferença, se verifica uma despesa maior do que a obtida na contabilidade societária.

Considerando que o resultado à disposição da assembleia deve corresponder ao que foi apurado na contabilidade societária, o montante das destinações é superior ao que seria se tomasse por base o resultado da contabilidade regulatória. Portanto, ao registrarmos tais destinações, contabilidade regulatória não ocorre o zeramento do saldo da conta Sobras Acumuladas, razão pela qual transferimos o saldo para a conta intitulada "Equalização do Resultado Societário x Resultado Regulatório" no grupo das Reservas de Sobras.

A citada Reserva se realizará a partir do próximo reajuste, ou revisão da permissionária, visto que, os valores correspondentes à mesma serão reconhecidos na contabilidade societária como uma despesa. Esta diferença de tratamento deve gerar, no próximo exercício, uma sobra à disposição da assembleia, superior que será apurada na contabilidade societária.

	2015	2014
Sobra Líquida do Exercício Societário	6.602.521	7.729.771
Tributos e Encargos	0	9.350
Fornecimento de energia	820.436	-323.359
Resultado Financeiro	20.510	2.936
Perdas na Desativação Diferença VOC/VNR	-600.075	-589.434
Depreciação referente parcela diferença - VNR	-1.613.284	-1.486.590
Total dos Ajustes	-1.372.413	-2.387.097
Sobra Líquida do Exercício Regulatório	5.230.108	5.342.674

15.9 Receitas e custos de construção

Conforme determina a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1261/2009, correspondem aos valores aplicados no Ativo Intangível e que devem ser registrados como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Na contabilidade societária está incluso o valor de R\$ 12.757.803 que refere-se ao custo de construção, conforme determina a ITG 01 aprovada pela resolução CFC 1261/2009 e são os valores aplicados no intangível e que devem ser registrados como custo.

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES

ACN/DL/JPR/MM
030/2016

Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

**COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO
DE ENERGIA DAS MISSÕES (CERMISSÕES)**

31 de dezembro de 2015

Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos
Previamente Acordados para Atendimento ao
Despacho ANEEL nº 4.786/14 e Ofício 245/16,
Relativo ao Manual de Orientação dos Trabalhos
de Auditoria das Demonstrações Contábeis
Regulatórias - DCR - Resolução ANEEL nº
605/14

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES**RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS
PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - DCR**

Ilmo. Sr.

Diamantino Marques dos Santos

DD. Presidente da

**COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA
DAS MISSÕES (CERMISSÕES)**

Caibaté - RS

Prezado Senhor

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.786, de 11 de dezembro de 2014 e complementado pelo Ofício ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES (CERMISSÕES)**, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias é obrigatória a partir do exercício de 2011 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. No Anexo I estão apresentados os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados societários reconciliados com os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados regulatórios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, demonstrações essas preparadas por e sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa.

2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aprovada pela Resolução CFC nº 1277/10, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Consequentemente, não estamos expressando qualquer asseguração, nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado, nem para nenhum outro propósito. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de confrontar os ajustes e reclassificações, efetuados pela administração da

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES

Cooperativa, ao balanço patrimonial e demonstração do resultado societária para preparação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL n° 605/14.

3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:

I. Imobilizado

1) Confrontar as informações de 31 de dezembro de 2015 e de 2014 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para entidades distribuidoras e transmissoras de energia elétrica).

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2012 e confrontar os saldos com a eventual Base de Remuneração homologada, bem como as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável às entidades distribuidoras de energia elétrica).

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

3) Obter a planilha ou o relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31 de dezembro de 2012, e confrontar os saldos e as informações das movimentações de 2014 e 2015 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável às entidades transmissoras de energia elétrica).

. A Cooperativa é uma distribuidora e o procedimento não é aplicável a mesma.

4) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação/amortização, por grupo de bens, apresentada na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

NARDON, NASI – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES

5) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados, por grupo de bens com os valores/saldos, do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora).

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

6) Selecionar as 10 adições, por critério de maior valor, e mais 15 adições do imobilizado em serviço de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou, transmissora, do ano de 2015 e testar as capitalizações (materiais, mão de obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

7) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2015 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

8) Com base na seleção do item 6, deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em Ativo Imobilizado em Serviço.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

II Obrigações Especiais

1) Confrontar os saldos das demonstrações financeiras regulatórias de 31 de dezembro de 2015 e de 2014 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2012 e confrontar o saldo em 31/12/2015 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES · CERMISSÕES

3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2012.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2012 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

III Ativos e passivos regulatórios**III.a) CVA e itens financeiros**

1) Obter planilha com saldos de 31/12/2012, a movimentação de 2015 (adições, baixas, amortizações, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até a data-base de revisão/reajuste tarifário, e a movimentação complementar do ano 2015 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31 de dezembro de 2015.

. Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

2) Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.

. Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

3) Testar as 5 maiores constituições de ativos e passivos regulatórios (o critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

. Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

NARDON, NASI – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES · CERMISSÕES

4) Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

. Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

5) Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).

. Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

III.b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com Base nos Critérios definidos para o 1º Ciclo - Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 2013.

1) Obter as planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa "pro rata" de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações contábeis regulatórias.

. Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

2) Com base nas informações das planilhas obtidas (mencionadas no item anterior), testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa "pro rata" de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.

. Esse procedimento não é aplicável a Cooperativa.

IV. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e regulatórias.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

2) Para saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2015.

. Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

NARDON, NASI – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES - CERMISSÕES

V - Considerando que os procedimentos descritos no item III deste relatório não se constituem em um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, não expressamos qualquer asseguração sobre o balanço e demonstração de resultado regulatórios da Cooperativa, tomados em conjunto, nem sobre as contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes do Anexo I.

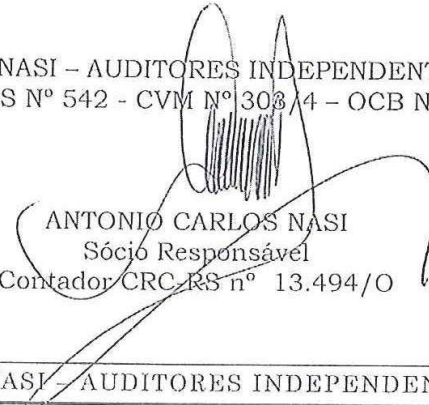
VI - Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido uma auditoria do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatórios de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.

VII - Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no item 1 acima, para informação da Administração da Cooperativa e da ANEEL, não devendo ser utilizado para qualquer outro propósito, nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência dos, ou que não tenham concordado com os, procedimentos acima descritos, tampouco publicado ou disponibilizado no "site" da Cooperativa ou da ANEEL. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre os balanços e demonstrações de resultados societários e os regulatórios da Cooperativa, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e subsequentes, e não se estende às demonstrações contábeis societárias e regulatórias da Cooperativa, tomadas em conjunto.

Todos os passos previstos neste programa foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de execução de procedimentos previamente acordados, emitido sob minha responsabilidade.

Porto Alegre, 22 de abril de 2016.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS Nº 542 - CVM Nº 303/4 - OCB Nº 15


ANTONIO CARLOS NASI
Sócio Responsável
Contador CRC-RS nº 13.494/O

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S